

---

---

# REVISTA TAKA'A

---

---

## Trajectoria de um estudante do povo Balatiponé

### Trajectory of a student from the Balatiponé

Oswaldo Corezomaé Monzilar

*Escola Estadual Julá Pará*

<https://orcid.org/0009-0007-8222-0304>

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

*Universidade do Estado de Mato Grosso*

: <https://orcid.org/0000-0001-8733-8255>

#### RESUMO

Este texto é um fragmento das reflexões que eu trouxe no memorial para entrar no Mestrado em Educação Intercultural Indígena e que fez parte do primeiro capítulo da dissertação. Trata-se de uma pesquisa participante à medida que estas reflexões acontecem na escola em que atuamos e desenvolvemos a prática docente e da pesquisa. É um texto que se justifica pela necessidade que a escola tem em mudar suas práticas pedagógicas para acolher seus estudantes. O povo Balatiponé-Umutina ao longo dos anos enfrentou vários processos de educação colonial, assim, é urgente uma educação decolonial.

**Palavras-chave:** Povo Balatiponé; Educação tradicional; Educação escolar.

#### ABSTRACT

This text is a fragment of the reflections that I brought in the memorial to enter the Master's Degree in Indigenous Intercultural Education and which was part of the first chapter of the dissertation. This is participatory research as these reflections take place in the school where we work and develop teaching and research practice. It is a text that is justified by the need for schools to change their pedagogical practices to accommodate their students. The Balatiponé-Umutina people over the years have faced several processes of colonial education, so decolonial education is urgent.

**Keywords:** Balatiponé People; Traditional education; Schooling.

#### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto traz reflexões de um estudante que hoje é professor e mestre e que tem tentando compreender os saberes indígena e os saberes milenares do povo Balatiponé-Umutina. Trata-se de uma pesquisa participante à medida que estas reflexões acontecem na escola em

que atuamos e desenvolvemos a prática docente e da pesquisa. É uma pesquisa que se justifica pela importância que a escola tem na vida de qualquer criança, seja ela indígena ou não.

O povo Balatiponé-Umutina ao longo dos anos enfrentou vários processos de educação colonial, desde o primeiro contato com a sociedade envolvente. Assim, os resultados deste trabalho expressa: sabedoria, concepções, práticas e conhecimento tradicional e filosófico próprios que são transmitidos e que vai enriquecendo a cada nova geração dos jovens estudantes e a comunidade Umutina.

O caminho metodológico foi desenvolvido por etapas, sendo que na primeira etapa da pesquisa realizamos o levantamento bibliográfico, seguido da vivência em campo, um envolvimento dentro da minha própria comunidade, com olhar de pesquisador. Esse olhar se voltou também para a educação escolar indígena, mas também para meu interior.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, utilizando-se de técnicas de coleta de dados como a observação da prática de produção da roça de toco, bem como, entrevistas com moradores da comunidade. Na pesquisa participante os pesquisadores e pesquisados estão envolvidos nas ações. A pesquisa participante é entendida por Brandão (2001; 2005), como um processo de construção do conhecimento que tem como objetivo compreender, intervir e transformar a realidade. Processo cuja premissa central é que todo ser humano é uma fonte original de saber. Aspectos que viabilizam compreender o que está ocorrendo a partir da perspectiva dos implicados no processo (Freire, 1996; 2004).

A escola é local de referência na organização política de toda a comunidade Umutina. Nela se discutem os aspectos culturais e também a importância do conhecimento escolar para o povo Umutina como um instrumento de ressignificação dos rituais quase em desuso ou adormecidos. A escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará é organizada em ciclo de formação humana no Ensino Fundamental nos Anos Finais, (última fase do segundo ciclo e terceiro ciclo). Ensino Médio Regular organizado em Área de Conhecimento.

A filosofia da Escola Estadual Indígena Jula Pará tem como objetivo atender as necessidades e criar condições para que o povo indígena Umutina continue lutando pela sobrevivência étnica e cultural proporcionando-lhe melhor qualidade de vida, através da educação, oferecendo alternativas de geração de renda familiar, com aproveitamento do recurso existente na aldeia Umutina.

É nessa teia de significados, construído na pesquisa, que faço reflexões acerca da identidade docente alinhada à identidade Balatiponé-Umutina.

## **MINHA TRAJETÓRIA PESSOAL**

Neste artigo, relatamos um pouco da minha história escolar que iniciou na aldeia Umutina. Para mim era tudo maravilhoso adquirir novos conhecimentos e eu que já conhecia muita coisa dentro do conhecimento indígena, adquirido com meus pais, avós, tios e o irmão mais velho, aprendi também a plantar todos os tipos de plantas, a colher e também a identificar as frutas silvestres apropriadas para consumo, conheci as plantas medicinais que são usadas para cada tipo de doença.

Eu estava apreendendo a espreitar animais a noite, pois tinha que conhecer as pegadas de cada animal, para isso são necessários muitos anos para se tornar um bom caçador. Aprendi o significado do canto de cada pássaro, o rugido de cada animal. Comecei a compreender e sentir na pele as mudanças do tempo, a me localizar com as estrelas e os nomes de algumas delas e das constelações. Conheci as nascentes dos córregos e os limites de nosso território, aprendi a pescar com arco e flecha, principalmente no timbó que sempre foi momento de alegria pois tratava-se de reunião de pessoas e com isso muita aprendizagem com os mais velhos, uma aprendizagem divertida.

Eu me sentia livre num ambiente alegre, podia banhar qualquer hora que sentia vontade, corria para beira do córrego e dava aquele pulo, hoje lembro com tristeza, pois o córrego que passa pela nossa aldeia está secando, corre apenas um filete de água.

Quando chegou o momento de ir para escola a ansiedade era grande, pois chegou o momento que eu aguardava, antes mesmo eu ouvia falar de meus pais: você tem que estudar para ser alguém na vida! Na verdade, eu nem sabia o que significava ser alguém na vida, pois para mim todos eram alguém. Mas, para eles ser alguém seria ser um professor, um doutor, médico. Não explicavam, apenas diziam que o estudo era bom e, foi assim que eu entrei na escola.

A escola era um ambiente fechado onde todos tinham que ficar em silêncio, foi difícil acostumar. Eu que estava acostumado a prestar a atenção em ambientes livres. No começo foi constrangedor, no entanto com o passar dos anos fui me adaptando com o sistema escolar. Naquela época não tinha merenda, posso dizer assim pois, raramente, havia alguma coisa para os estudantes merendarem. No intervalo, nós alunos, corríamos para casa para comer algumas coisas e voltávamos para a escola, pois as casas eram todas perto da escola. Quando já estava na antiga terceira série, chegou na aldeia Umutina um professor que nunca vou esquecer, o professor era

deficiente do braço, pois não tinha o braço esquerdo. Com o passar dos dias fui me tornando amigo do professor, assim, como todas as pessoas da aldeia Umutina.

Porém, em determinado momento, o professor resolveu entrevistar alguns pais, para que contassem como era a maneira de ensinar de suas épocas. Nessa entrevista surgiram vários comentários a respeito da tabuada que, os alunos aprendiam porque na época deles usavam à palmatória. Então o professor resolveu implantar a palmatória na hora de tomar a tabuada dos alunos. Onde funcionava da seguinte maneira: o professor perguntava quantos que era tanto vezes tanto, se o aluno acertava seguia a pergunta para outro aluno, mas se o aluno errava, o próximo que acertava tinha o direito de dar três palmatórias no aluno que havia errado.

Relembrando e escrevendo esses fatos, ainda sinto pena daqueles que várias vezes tomaram palmatória na mão, sinto renascer na memória a imagem daqueles dias, dos meninos ficando vermelhos para não chorar, das lágrimas das meninas que várias vezes eu vi chorar diante de mim e, essas lágrimas que muitas vezes foram causadas por palmatória dadas por mim mesmo. Pois, não podia bater devagar porque se não desse as palmatórias, seria eu quem as levaria. Lembrando disso ainda sinto calafrios, e lembrando que na época não se falava em educação escolar, sim em ensino, um ensino forçado, eu diria, ao observar e comparar a educação escolar dos dias atuais. Apesar do ensino rigoroso dos professores, confesso que esse tipo de ensino fez com que eu me tornasse uma pessoa determinada. Terminei a antiga 4º série no ano de 1984 e, em 1985 fui para cidade de Cuiabá, continuar os estudos, pois na aldeia Umutina, tinha apenas até a antiga 4º série. Mas, digo ser lamentável que todas essas injustiças acontecem ainda hoje. Neste sentido, Pereira et al., (2022, p. 14) argumenta que:

Os povos indígenas, quilombolas e tradicionais estão gritando cultura e identidade e, por meio de sua dança, fala, comida, ensinam o movimento da decolonialidade. Chamamos de decolonialidade o movimento expressivo de resistência e de resiliência, ressignificando no território o lugar da vivência e da morada. Ou seja, mais do que a reprodução da vida, significa a continuidade das ações culturais, da esperança e da libertação.

Na esteira desse pensamento digo que tem sido relevante ver várias ações decolonizadoras da educação que tem sido feito inclusive na Unemat através deste programa no qual pude desenvolver o meu mestrado, bem como por grupos de pesquisa como o Leal – Laboratório de estudos e pesquisas da Amazônia Legal. Cardoso, Matiello e Pereira (2024, p. 06), ainda argumentam que “A riqueza cultural desse povo é muito grande; porém, muitos estudantes se formam e deixam suas famílias sem levar consigo um conhecimento aprofundado

da importância de suas raízes históricas para sua história de vida [...]”. Posso dizer, que nosso povo tem uma riqueza cultural imensa e é por isso que continuei insistindo mesmo com tantos silenciamentos que vivi no interior de algumas escolas.

Na cidade de Cuiabá por exemplo, estudei no colégio João Brienne de Camargo. Onde me deparei com uma realidade totalmente diferente e desconhecida da minha realidade na aldeia. A cidade me sufocava, ninguém conhecia ninguém, uma correria, no colégio não conhecia os alunos. Os professores ficavam menos tempos com os alunos, cada aula entrava um professor, dava a sua matéria e ia embora. Não havia nem um pouquinho de afeto deles com os alunos para eles todos eram iguais com conhecimento a um só nível.

Aqueles alunos que conseguiam alcançar média, eram alunos bons, os outros eram apenas alunos incapazes, sem futuro. No começo do ano não conseguia entender nada de nada. Tudo para mim era desconhecido, fui mal em várias matérias. Da metade do ano para frente, abriu um novo horizonte, comecei a enxergar e entender como funcionava o sistema de ensino dos não indígenas, mas apesar disto, já carregava na consciência o trauma, medo de alguns professores.

Até hoje lembro da professora de língua portuguesa, uma professora enorme, de óculos nos olhos, daquelas mulheres que só de olhar já impõe medo e, para dizer a verdade, ela nunca falou comigo. Mas, a forma como falava com os outros alunos já era o suficiente para eu ficar com medo, nunca vi um sorriso em seus lábios, durante o tempo que tive na aula com ela. Lembro do professor de práticas agroecológicas, um professor durão, mas mesmo assim admirava-o, até o dia que me tirou dois pontos de sua matéria, pelo fato de eu ter tirado um pé de beterraba, por curiosidade. Era uma planta desconhecida por mim, até então, pois não tinha na minha aldeia, curiosidade que me custou dois pontos daqueles que eu quase nem tinha, e a bronca, a humilhação que passei diante dos meus colegas de classe, cada um zombando mais que o outro. Naquele momento, a minha vontade era sair correndo naquela hora e só parar quando estivesse chegado na minha aldeia. Quando chegou o final do ano, já tinha melhorado muito, comecei tirar boas notas, mas não o suficiente para passar de série, reprovei.

Mas essa discussão sobre agroecologia, desde quando eu ainda era adolescente em Cuiabá, marcou minha vida e hoje na escola da aldeia estamos todos envolvidos nesta perspectiva de pensar a agroecologia como um tema do currículo da educação escolar indígena para nós. No projeto Mais Educação começamos um projeto de horta agroecológica e que agora passa a fazer parte da discussão de todos os professores e estudantes da escola e está sendo um trabalho que eu

gosto muito por que trabalhei na roça desde pequeno e na faculdade entrei na área de Ciências da Natureza e enfrentei química e física só para estudar biologia.

Depois deste período em Cuiabá voltei para minha aldeia e no ano seguinte comecei a estudar na cidade de Barra do Bugres que fica a 15 km da aldeia, no colégio Júlio Müller. Tive uma nova fase muito diferente daquele relatado. Apesar de ir bem na escola, tanto nas notas como na amizade entre os alunos e os professores, o deslocamento até a escola tornou-se muito difícil. Pois, não tínhamos casa na cidade onde poderia ficar para estudar. Tinha que ir todo dia da aldeia até a cidade. Quando íamos de carro, a viagem era mais rápida, embora o conforto era péssimo, o carro era uma Toyota, daquelas bem pequenina, onde o motorista tinha que dar duas viagens para levar todos os alunos. Até aí tudo bem, mas quando o carro apresentava problema, tínhamos que ir de trator, ou de barco, onde o caminho tornava-se mais longo. A dificuldade maior era na época da chuva, muitas vezes éramos obrigados assistir as aulas com roupa molhada. Lembro-me que éramos dez alunos no início, e que apenas a metade desses alunos concluíram a antiga 8ª série, e eu era um deles.

No ano de 1990 comecei a estudar o Ensino Médio na mesma escola. Eu não tinha como estudar a noite, onde tinha vários cursos: propedêutico, contabilidade e outros e a tarde tinha apenas o magistério. Como não tinha onde ficar para estudar a noite, tive que fazer o magistério. Curso que hoje dou graças a Deus por ter concluído, porque realmente não foi fácil. Primeiro tive que dominar a timidez, algo que carrego até hoje, falar na frente das pessoas para mim era coisa impossível, mas a dificuldade maior era participar do estágio que era de manhã e o carro somente ia à tarde para levar os alunos.

A única opção que restou foi o cavalo que eu pegava um dia antes para sair de madrugada no dia seguinte. Por dentro da aldeia, são 9 km até chegar na margem do Rio do Bugres na cidade, chegando lá soltava o cavalo, atravessava o rio com água no peito com a bolsa nas costas, pois, na época da seca o rio fica bastante baixo o nível da água e, em seguida vestia a roupa e o jaleco e ia para o estágio.

Quando terminava a aula, era o horário mais crítico, a cidade exalava o gostoso cheiro do almoço e, eu sem um centavo, evitava de passar nas lanchonetes e seguia para a beira da ponte, esperar o almoço, se é que podemos chamar de almoço o arroz e o feijão, as vezes algum peixe frito. Mas permaneci firme até o terceiro ano do magistério, porém as forças foram se perdendo, quis desistir, mas como em todo lugar existem pessoas de bom coração, os professores se reuniram e decidiram que cada dia um professor ou colega de classe me levaria em sua casa para

almoçar, funcionou por pouco tempo, eu não me sentia bem indo de casa em casa para almoçar, feria-me o orgulho, que muitas vezes tive que deixar de lado, na metade do ano decidi desistir, para o desespero da minha mãe e minha frustração.

Mas Deus é bom, minha mãe tinha vários conhecidos e, uma me ofereceu a casa dela para eu terminar os estudos. Permaneci dois meses apenas e devido alguns problemas voltei para aldeia novamente. Mas, nesta época fiquei conhecido da irmã desta dona que eu jamais vou esquecer e ela mandou me chamar novamente para que eu ficasse em sua casa onde fui recebido como um filho e então pude concluir o magistério.

Após concluir o magistério, fiquei longo tempo sem estudar, porém trabalhando como professor substituto de alguns professores que precisavam, isso aconteceu na escola da aldeia Umutina Município de Barra do Bugres em Mato Grosso. Até então, a escola tinha o nome de Escola Municipal “Otaviano Calmon”. No ano 2000, participei de uma seleção de professores da rede Municipal de Barra do Bugres, onde a minha classificação estava quase no final, no entanto fui classificado. Pois, houve várias desistências de professores pelo fato de as escolas serem isoladas, então fui inserido como professor interino na rede Municipal de Barra do Bugres. A escola ficava bem distante, aproximadamente 100 km da cidade. A população da comunidade local era bastante carente e os alunos na mesma situação.

Passei muita dificuldade, pelo fato de ser o meu primeiro trabalho, por eu ser indígena, dando aula em escola de não indígenas e porque a escola não tinha energia, água encanada e nem merendeira. No entanto, naquele ano aprendi um pouco de cada trabalho que envolve a escola, bem como: fazer merenda, lecionar em uma escola multisseriada, fazer faxina, fazer planejamento como pedia o município e o mais importante, aprendi fazer planejamento de acordo com a realidade daquele povo, pois os livros didáticos não tinham nada a ver com a necessidade dos alunos daquela comunidade.

Foi quando conheci Freire (1996, p. 21), que me ensinou que ensinar envolve experiências e “não depende só dos métodos mas de vários outros fatores que junto irão juntar e fundir para transmitir conhecimento para os alunos e para que esses alunos se tornem críticos na sociedade que os rodeiam”.

Me firmei nesta ideia, pois estava me adaptando em retirar dos livros didáticos aquilo que seria adequado para ensinar naquela comunidade bastante diferenciada e que marcou no início de carreira e nos Encontro de Formação de Professores, oferecido pelo município de Barra do Bugres onde seus livros foram bastante citados. Contudo, trabalhar naquela

comunidade serviu como fortalecimento na decisão de continuar trabalhando como professor. No ano de 2001 trabalhei em outra escola a 80 km de Barra do Bugres. Ressalto que esta escola também era de não indígenas, chamada “Escola Municipal Paraguari”.

Os alunos eram filhos de empregados de fazendeiros e de moradores que ficavam à beira do Rio Paraguai. Nessa escola já havia mais conforto, com energia elétrica, água encanada, entretanto, não tinha merendeira e eu mesmo tinha que lecionar e fazer a merenda. Com tudo isso, já podemos imaginar a qualidade de ensino que o município oferecia. No ano 2002 trabalhei em uma escola que se chamava “Porto Feliz” que ficava a 100 km de Barra do Bugres.

Nessa escola os alunos eram filhos dos moradores do local onde já havia energia e água encanada e merendeira que era mãe de aluno. Novos desafios novos enfrentamentos. Essas escolas chamadas de isoladas à época, posso afirmar que são as escolas do campo e apesar de serem isoladas, a comunidade valorizava e respeitava o professor, recompensando o trabalho.

No ano de 2001 participei de vestibular para ingresso no curso de terceiro grau indígena, oferecido pela UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso) em Barra do Bugres. Fui selecionado, consegui ingressar e a partir dali vivi uma nova experiência aprofundando meus conhecimentos na leitura do livro *Parâmetros Curriculares em Ação (PCN)*, onde fala sobre: Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil. Deixou-me bastante interessado e enriquecido meu conhecimento foi também a partir das leituras antropológicas, que me fez compreender meu olhar, meu ouvir, minha escrita, pois o olhar funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração, e que o ouvir e olhar complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas, que lhe permitem caminhar, ainda que cambaleando, na estrada do conhecimento. Nesses termos, o olhar e o ouvir seriam parte da primeira etapa, enquanto o escrever seria parte da segunda.

Em 2003, comecei a trabalhar com a minha comunidade, na Aldeia Umutina que até então era chamada de Escola Municipal “Otaviano Calmon”. Esta escola também era multisseriada e deparei com uma realidade totalmente diferente daquelas que eu tinha conhecido. Os alunos indígenas bem comportados, tímidos, no entanto em questões de aprendizado muito bem avançados, uma escola que ensinava primeiramente a cultura dos não indígenas, como afirma Meliá (1999, p. 14):

Os ataques à alteridade e à diferença deram de forma múltipla, mais talvez possamos resumi-los em: imposição de uma língua geral ou nacional, currículo também nacional

e professores para os povos indígenas. Esses foram também basicamente os programas e projetos das antigas missões.

A preocupação maior que eu sentia era que ainda se tratava de uma escola que se preocupava em ensinar ler e escrever e não preparar o aluno para o futuro em uma carreira profissional ou prepará-lo para viver uma vida digna em uma comunidade indígena. Uma metodologia que não se preocupava nem um pouco com a cultura Umutina, aparentemente não existia mais uma ponte de ligação com o conhecimento indígena. Tudo isso era consequência de uma educação escolar imposta pelo sistema do governo para integrar os indígenas a sociedade.

Através do curso 3º Grau Indígena, os professores indígenas estavam na fase de clareamento da visão a respeito de uma escola específica e diferenciada, e isto veio fortalecer o meu trabalho e dos demais professores da escola da aldeia Umutina. A nossa cultura outrora enfraquecida, começou a fase de ressignificação. A escola “Otaviano Calmon” anteriormente, não se preocupava com uma escola específica e diferenciada como coloca Tassinari (2001, p. 57), em seu artigo Escola Indígena: Novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação: “Em suma a ideologia dominante é vinculada através da Escola, justificando a própria maneira de atuação, tendo na verdade, uma finalidade, que é de dissimular os conflitos entre as classes. Em termos de uma sociedade indígena temos um conflito étnico”.

Mais tarde, deu a entender através de relatos dos estudantes do 3º Grau Indígena que isso não aconteceu somente em nossa escola. O sistema educacional brasileiro no passado apropriou-se de muitas escolas indígenas, ou todas. Entrando em conflito na educação escolar indígena, onde os indígenas ficaram em meio termo, entre o conhecimento indígena e o não indígena. Embora, o conhecimento dos não indígenas eram dominantes dentro das aldeias o sistema próprio de aprendizagem era sempre vivenciado de uma maneira silenciosa mais muito forte. Olhando para trás percebe-se que se não fosse pelo espírito guerreiro do povo Umutina não teríamos sobrevivido ao caos. Somando a isso as táticas de resistência empregada ao longo do tempo.

O 3º Grau indígena e mais tarde 3º Grau Indígena Intercultural deu um suporte muito grande a todas as etnias que estavam participando do curso principalmente nas questões das culturas. Uma conquista de luta que vinha a muito tempo em discussões por parte do movimento indígena e pessoas simpatizantes da causa.

É nesse contexto em que o ensino superior indígena vem sendo debatido pelos movimentos e organizações indígenas e também no âmbito do Ministério da Educação. Neste

sentido, as discussões tiveram dois momentos históricos como pauta institucional dos povos indígenas e do ministério da Educação: a primeira em 1999, quando a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, apresentou pela primeira vez no Comitê De Educação Escolar Indígena do MEC o Projeto de 3º Grau para formação e Habilitação de professores indígenas (como Curso de Licenciaturas Específicas), para atender a educação básica nas aldeias.

O segundo momento importante do ensino superior indígena no MEC foi em 2001, no estado de Roraima quando foi realizado o IIº Movimento dos Povos Indígenas e o Ensino Superior, onde o movimento indígena apresentou o documento final, intitulado Carta de Canauani, a qual depois foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação – CNE, solicitando consulta quanto à oferta de ensino superior para formação de professores indígenas daquele estado. (Angelo, 2009, p. 128).

Já dentro desse contexto, em 2006 concluí o curso do 3º Grau Indígena Intercultural na área de Ciências da Matemática e da Natureza, com o título da monografia: “O Comércio da Poaia na Aldeia Umutina”. Na realização deste trabalho de pesquisa, já percebia a noção de trocas de conhecimentos multiculturais. Principalmente, na relação do comércio desse produto com os não índios e pensava esta situação multicultural que vivíamos entre os índios na aldeia e as relações do conhecimento existente por parte de cada etnia presente na aldeia Umutina. Tudo isso com relação a poaia, a sua maneira de extração, a maneira de plantar novamente, porque era importante para que no ano seguinte não faltasse.

Nesse mesmo ano comecei a dar aula para o Ensino Fundamental, já então existente na Aldeia Umutina. No ano de 2003, a comunidade Umutina entrou com um processo para mudança do nome da escola “Otaviano Calmon” para Escola Estadual de Educação Indígena Júla Pará, em homenagem ao ancião da aldeia chamado pelo mesmo nome. O senhor Júla Pará foi um dos responsáveis pela ressignificação da cultura Umutina que até então andava adormecida.

Com este novo trabalho na Escola Estadual de Educação Indígena Júla Pará, enfrentei novos desafios, assim como os demais professores, pois os alunos que lecionávamos, eram alunos que estudavam na cidade de Barra do Bugres. Alunos que estavam estudando em escola de não indígenas e que, quando retornaram para aldeia depararam com uma realidade diferente,

[...] queremos dizer com isso que a escola atua como um organismo de mudança inculcando novos valores através da educação, e que esses alunos, ao permanecerem na cidade por um grande espaço de tempo, são finalmente imbuídos dos valores citadinos, o que leva muitas vezes a preferir a vida da cidade à aldeia (Tassinari, 2001, p. 57).

Muitos desses estudantes não aceitavam a escola com suas diferenças e especificidades, até nós professores indígenas fomos desacreditados pelos alunos e por alguns pais. Mas não foi motivo para desanimar, acreditávamos na potencialidade de cada professor. Assim, tempos depois, conseguimos reverter a situação, mesmo porque os alunos daquela data em diante que completassem a antiga 5ª série não precisariam mais deslocar até a cidade de Barra do Bugres para estudar. Então iniciou uma nova fase na educação escolar da Aldeia Umutina, no que se diz da cultura Umutina, começamos um estudo aprofundado acompanhado de os alunos, pais e comunidade em geral. Os Umutina mais experientes começaram a colaborar com os professores, nas histórias, danças, as comidas tradicionais, os adornos, os vestuários, as músicas, as comidas tradicionais, os artesanatos, pinturas corporais, os remédios tradicionais e também a língua materna Umutina. Sobre isso a professora Eliane Borponepá Monzilar em trabalho de dissertação de mestrado diz:

A participação dos pais e da comunidade é essencial nesse processo para que de fato tenha uma educação escolar indígena que venha de encontro com os anseios e as demandas da comunidade e que o ensino e a aprendizagem possam dialogar com os dois universos do conhecimento tradicional e da sociedade envolvente. (Monzilar, 2022, p. 26).

Em 2011 concluí o curso de Especialização em Educação Escolar indígena, com o título: “Organização Política dos Caciques da Aldeia Umutina”. Novamente cito os desafios de uma nova organização e suas mudanças em uma comunidade multicultural, no entanto este trabalho veio ao encontro das minhas expectativas para o melhor desenvolvimento na educação escolar da minha comunidade. O curso de especialização foi oferecido pela Universidade do Estado de Mato Grosso “Campus Universitário Dep. Estadual Rene Barbour, Faculdade Indígena Intercultural”. Assim como eu e todos os professores efetivos são especializados, neste período conseguimos atingir vários objetivos bem como: calendário diferenciado, onde conseguimos inserir as festas tradicionais, a pesca do timbó, época da colheita e semana cultural.

Outro desafio que foi encontrado foi em relação as aulas de campo, por parte de alguns pais que acostumados com as aulas entre quatro paredes, não sabiam diferenciar esse tipo de aula, diziam que os professores não estavam dando aulas. Porém através de reuniões, palestras com os pais para conscientização das mudanças e da importância de ter as aulas de campo, principalmente no que se diz a respeito da pesquisa para ter certeza dos conteúdos que estão sendo analisados, conseguimos reverter essa situação.

No ano de 2012 iniciei meu trabalho na Escola Estadual de educação Indígena Julá Paré, como Coordenador Pedagógico. Fui escolhido pelos professores, tinha novos desafios pela frente, principalmente com as reuniões pedagógica que aconteciam todas as terças-feiras. Com o decorrer do tempo foi adquirindo experiência e neste mesmo ano trabalhamos com a Formação Continuada “Sala do Educador” *Iniânzo*, que quer dizer na língua Umutina “Árvore que dá frutos”. Onde discutimos a situação dos alunos, bem como possibilitou aos profissionais da Educação Básica, oportunidade de desenvolver suas potencialidades, de acordo com as necessidades dos alunos, qualificando no ensino- aprendizagem da escola ciclada Estadual de Educação Indígena Jula Paré. Ainda, neste ano, funcionou a Sala do Educador que se chamava *A- Menú*, que quer dizer “CAMINHAR” onde desenvolvemos com os professores estudos individuais em suas respectivas áreas de formação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de vencer vários obstáculos, sei que ainda há muito o que fazer para que eu como pessoa, possa ser um professor melhor para contribuir com a Escola Estadual Indígena Júla Paré, para atingir um nível ótimo e é por isso que, eu quero prosseguir em meus estudos, mesmo tendo terminado o mestrado com o tema: “Roça de toco da escola. E.E.I Jula Paré: Um Projeto Intercultural”. Pois a universidade contribuiu muito para que eu possa ser uma pessoa melhor e um professor melhor e se sou melhor, minha escola passa a ser melhor.

Assim, temos colaborado para que as novas gerações, a comunidade, a escola possam ter conhecimento dos desafios enfrentados pelos estudantes Balatiponé-Umutina no passado.

Mesmo por que sabemos que os indígenas detêm o conhecimento milenar das práticas culturais, tornando assim uma teia de saberes, e também de acordo com minhas possibilidades de contribuir com os saberes e práticas do meu povo e da minha escola.

## REFERÊNCIAS

ÂNGELO, Francisca Navantino Pinto. Educação Escolar e Protogonismo Indígena. SECCHI, Darci & MENDONÇA, Terezinha Furtado (Orgs.). **Cenário e Perspectivas**. Coletania Educação Escolar Indígena. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BRANDÃO, C. R. Comunidades aprendentes. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

FRANCO, Thais Cardoso; MATIELLO, Ana Claudia Taube; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. Relatos de uma bolsista de iniciação científica júnior do CNPq e sua importância para a formação em nível médio. In **Revista de Comunicação Científica–RCC**, maio/ago., vol. I, n. 15, p. 07-21, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MONZILAR, Oswaldo Corezomáé & COREZOMÁÉ, Geniele dos Reis. **Roça escolar tradicional do povo Umutina** In STIELER, Mariuce Campos de Moraes et ali. Terra como princípio educativo II. São Leopoldo: Oikos, 2022

MELIÁ, Bartolomeu: **Educação indígena na escola.** Cadernos Cedes, ano XIX, Nº 49, Dezembro, 1999.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. RECK, Jair. JÚNIOR, Miguel Castilho. CUNHA, Teresa Cunha. (Org.). **Iniciação científica e construção de conhecimentos emancipatórios na Escola Agrícola de Terra Nova do Norte, MT, Brasil.** São Paulo: Literando Editora, 2023.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da. LEAL FERREIRA, Mariana Kawall. (Orgs.). **Antropologia, história e educação.** São Paulo: Global/Mari, 2001.